

Dívida pública estável

HELIVAL RIOS
Da Editoria de Economia

A dívida pública interna federal deverá manter-se estável neste mês de maio, segundo expectativa do Palácio do Planalto, onde se entende que já estão acionados devidamente pelo governo todos os mecanismos de controle do déficit público, que serão aprimorados nos próximos dois meses, quando o governo pretende deflagrar o Programa de Complementação ao Plano Cruzado (PCPC) que definirá uma série de alterações estruturais em toda a economia do País.

O comportamento da dívida pública interna foi considerado excelente em abril último, quando apresentou um crescimento de apenas 0,98%, evoluindo dos Cz\$ 637,3 bilhões de março para Cz\$ 643,59 bilhões. Grande parte deste desempenho deve-se ao fim da correção monetária, que fazia com que a dívida pública interna crescesse em "bola de neve".

Nos Cz\$ 643,5 bilhões de saldo da dívida registrado no mês de abril último, estão computados os Cz\$ 257,3 bilhões de títulos (OTNs e LTNs — Obrigações do Tesouro Nacional e Letras do Tesouro Nacional) em carteira no Banco Central do Brasil. Sem estes títulos em carteira, e que podem ser usados a qualquer mo-

mento, posto que já emitidos, o saldo da dívida interna cai para Cz\$ 386,28 bilhões em abril último, representando uma queda de 0,7% sobre o saldo de março (de Cz\$ 389,01 bilhões).

No Palácio do Planalto, estes números, contudo, são vistos com grande otimismo. Ali, entende-se que após a deflagração do PCPC nos meses de junho e julho próximos, uma série de fatores vão passar a contribuir de maneira significativa para a contração da dívida interna e, de um modo geral, para melhor controle do déficit público.

Destacam-se entre es-

tes fatores a redução de gastos com pessoal, que será conseguida a partir de uma ampla reforma administrativa do setor público, em estudo nos Ministérios da Administração e do Planejamento. Com esta reforma, o Governo pretende enxugar a máquina da administração central, cortando desperdícios e melhorando sua eficiência.

Outro fator de contração do déficit público virá na forma de um aumento de receita do Governo, através de uma reforma do sistema previdenciário. O item básico desta reforma, já entregue aos estudos de um grupo de trabalho especialmente

instalado pelo presidente Sarney para cuidar do assunto, será a introdução de um novo mecanismo de incidência dos encargos sociais, que fará com que as contribuições, nos casos de empresas intensivas de capital, incidam não somente sobre sua folha de salários, mas também sobre o seu faturamento. Estas empresas, que se utilizam de processos tecnológicos sofisticados, detêm espaços nobres no mercado e faturam muito. Mas como empregam pouca mão-de-obra, dão uma pequena contribuição à Previdência, beneficiando-se do atual sistema de cobrança via folha de salários das empresas.

DÍVIDA PÚBLICA

(exceto Banco Central)

